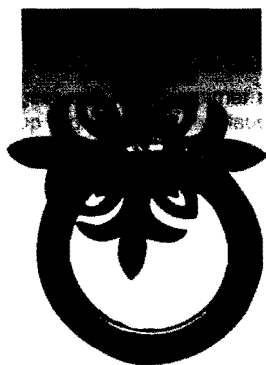


Misael Montenegro Filho



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13.ª edição

Reformulada, revista e atualizada



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nêbias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Até a 12ª edição, esta obra foi publicada com o título *Curso de Direito Processual Civil*.

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 23.02.2018

- **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

M783d

Montenegro Filho, Misael

Direito processual civil / Misael Montenegro Filho.– 13 ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01596-6

1. Direito processual. 2. Processo civil. I. Título.

18-47694

CDU-347.91/ 95(81)



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
PREFÁCIO	IX
NOTA À 13ª EDIÇÃO.....	XI
NOTA À 12ª EDIÇÃO.....	XIII
NOTA À 11ª EDIÇÃO.....	XV
NOTA À 10ª EDIÇÃO.....	XVII
NOTA À 9ª EDIÇÃO.....	XIX
ABREVIATURAS	XXI
INTRODUÇÃO	LI
1. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	1
1.1 Considerações iniciais. necessidade de modificação da meto- dologia de estudo do processo civil.....	1
1.2 Conceito de direito processual civil.....	3
1.3 Relação do direito processual civil com outros ramos do direito	5
1.4 Fontes do direito processual civil.....	7
1.5 Aplicação da lei processual civil no tempo.....	13
1.6 Aplicação da lei processual civil no espaço.....	16
1.7 Princípios processuais inseridos na constituição federal e no novo CPC. Normas fundamentais	18
1.7.1 Princípio do juiz natural.....	21
1.7.2 Princípio do devido processo legal.....	24
1.7.3 Princípio da isonomia.....	25

1.7.4	Princípio do contraditório e da ampla defesa. Impossibilidade de prolação de decisão surpresa	28
1.7.5	Princípio da motivação das decisões judiciais.....	31
1.7.6	Princípio da publicidade do processo e dos atos processuais	34
1.7.7	Princípio da razoável duração do processo.....	36
1.7.8	Princípio do duplo grau de jurisdição	37
1.7.9	Princípio da boa-fé processual.....	39
1.8	Síntese conclusiva	41
1.9	Principais súmulas e enunciados do FPPC aplicáveis aos assuntos estudados neste capítulo.....	42
2.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	45
2.1	Conceito de jurisdição.....	45
2.1.1	Jurisdição contenciosa.....	49
2.1.2	Jurisdição voluntária.....	50
2.1.3	Princípio da inércia.....	51
2.1.4	Atuação <i>ex officio</i>	53
2.1.5	Autodefesa	54
2.2	Competência – conceito.....	56
2.2.1	Momento em que a competência é fixada	57
2.2.2	Competência internacional	58
2.2.3	Competência interna	60
2.2.3.1	Competência originária dos tribunais.....	61
2.2.3.2	Competência da Justiça Federal	62
2.2.3.3	Competência da Justiça Comum Estadual.....	64
2.2.3.3.1	Competência do foro de domicílio do réu e o foro de opção	65
2.2.3.3.2	Competência do foro do domicílio do autor da herança.....	68
2.2.3.3.3	Foro do domicílio do ausente.....	69
2.2.3.3.4	Foro do domicílio do representante legal ou do assistente do incapaz	70
2.2.3.3.5	Foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União, Estado ou o Distrito Federal	70

2.2.3.3.6	Competência do foro de situação da coisa.....	70
2.2.3.3.7	Fixação do juízo competente	72
2.2.4	Competência absoluta e competência relativa	75
2.2.5	Crerios de modificação da competência	79
2.3	Sntese conclusiva	85
2.4	Principais ssumulas aplicveis aos assuntos estudados	86
3.	DA AÇÃO.....	91
3.1	Conceito de ação	91
3.2	Abstração e autonomia do direito de ação	92
3.3	Ação como direito pblico subjetivo.....	94
3.4	Condições da ação – conceito	95
3.4.1	Momento da verificação da existncia das condições da ação.....	96
3.4.2	Legitimidade das partes.....	99
3.4.3	Interesse processual ou interesse de agir	103
3.4.3.1	Interesse processual nas ações preventivas	105
3.5	Elementos da ação.....	107
3.5.1	Partes.....	109
3.5.2	Causa de pedir	111
3.5.3	Pedido	113
3.5.3.1	Pedido certo e determinado e pedido genrico....	115
3.5.3.2	Interpretação restritiva do pedido x pedidos implcitos	117
3.5.3.3	Cumulação de pedidos	118
3.5.3.4	Pedidos alternativos	121
3.6	Classificação das ações	122
3.7	Sntese conclusiva	125
3.8	Principais ssumulas relacionadas aos assuntos estudados	127
4.	DO PROCESSO E DOS PROCEDIMENTOS.....	129
4.1	Conceito de processo.....	129
4.2	Distinção entre Processo e procedimento	130
4.3	Modalidades de procedimentos	131

4.4	O erro de forma do processo e as suas consequências jurídicas	133
4.4.1	Equívoco na atribuição de nome à ação e eventuais consequências processuais.....	137
4.5	Procedimento comum	137
4.5.1	Dinâmica do procedimento comum.....	138
4.6	Pressupostos processuais.....	140
4.6.1	Pressupostos processuais de constituição do processo...	140
4.6.2	Pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo	143
4.7	Do julgamento conforme o estado do processo	144
4.7.1	Julgamento antecipado do mérito	145
4.7.1.1	Julgamento antecipado na hipótese da revelia..	145
4.7.1.2	Julgamento antecipado parcial do mérito	146
4.7.2	Do saneamento do processo.....	147
4.8	Síntese conclusiva	148
5.	PARES E PROCURADORES. DO LITISCONSÓRCIO. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	151
5.1	Partes – conceito	151
5.2	Distinções entre a capacidade de ser parte, a capacidade processual e a capacidade postulatória.....	154
5.3	Substituição processual.....	157
5.4	Representação processual.....	159
5.5	Deveres das partes e de seus procuradores	159
5.5.1	Dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade	161
5.5.2	Dever de não formular pretensões ou de não apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento	162
5.5.3	Dever de não produzir provas e de não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito	163
5.5.4	Dever de cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação	163
5.5.5	Dever de declinar, no primeiro momento em que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa	

	informação sempre que ocorrer modificação temporária ou definitiva.....	164
5.5.6	Dever de não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.....	165
5.6	Responsabilidade das partes por dano processual.....	165
5.7	Conceito de litisconsórcio.....	166
5.7.1	Litisconsórcio facultativo.....	168
5.7.2	Litisconsórcio multitudinário.....	169
5.7.3	Litisconsórcio necessário ou obrigatório.....	169
5.7.4	Prática de ato processual por litisconsorte e seu aproveitamento em relação aos demais.....	171
5.8	Intervenção de terceiros.....	171
5.8.1	Assistência.....	172
5.8.1.1	Assistência litisconsorcial.....	174
5.8.1.2	Dinâmica da assistência.....	174
5.8.2	Denúnciação da lide.....	175
5.8.2.1	Dinâmica da denúnciação da lide.....	178
5.8.3	Chamamento ao processo.....	179
5.8.4	Intervenção de terceiros nas ações de rito sumaríssimo.....	181
5.9	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	181
5.10	<i>Amicus curiae</i>	184
5.11	Síntese conclusiva.....	186
5.12	Principais súmulas e enunciados aplicáveis aos assuntos estudados.....	187
6.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DA ADVOCACIA PÚBLICA E DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	191
6.1	Ministério Público – considerações gerais.....	191
6.1.1	Estrutura funcional do Ministério Público.....	193
6.1.2	Princípios que orientam a atuação do Ministério Público.....	194
6.1.3	Ministério Público como parte.....	196
6.1.4	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	198
6.1.4.1	Intervenção nos processos que envolvam interesse público ou social.....	198
6.1.4.2	Intervenção nos processos que envolvem interesse de incapazes.....	199

6.1.4.3	Intervenção nos processos que envolvem litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.....	201
6.1.4.4	Intervenção nas ações de família.....	202
6.1.5	Prerrogativas processuais conferidas ao Ministério Público.....	202
6.1.5.1	Dispensa de antecipar as despesas processuais (§ 1.º do art. 82 do CPC).....	203
6.1.5.2	Atribuição de legitimidade para a arguição de conflito de competência (art. 951 do CPC).....	203
6.1.5.3	Contagem em dobro dos prazos (art. 180 do CPC).....	204
6.1.5.4	Formulação de representação (art. 235 do CPC).....	204
6.1.5.5	Intimação pessoal (art. 180 do CPC).....	204
6.1.5.6	Exigência de aperfeiçoamento da intimação (art. 279 do CPC).....	205
6.1.5.7	Atribuição de legitimidade para a propositura de ação rescisória e para intervir nessa ação, quando não for parte (inciso III do art. 967 e seu parágrafo único).....	205
6.1.5.8	Interposição de recursos (art. 996 do CPC).....	205
6.1.5.9	Requerer a instauração da execução (inciso I do § 1.º do art. 778 do CPC).....	206
6.1.5.10	Legitimidade para requerer a instauração do processo de inventário (inciso VII do art. 616 do CPC).....	206
6.1.5.11	Legitimidade para requerer a instauração da fase de cumprimento da sentença, baseada em sentença proferida em ação civil pública, quando a associação permanecer inerte (art. 15 da Lei n.º 7.347/85).....	207
6.1.5.12	Legitimidade para requerer a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	207
6.1.6	Instauração do inquérito civil como medida preparatória do ajuizamento da ação civil pública – considerações gerais..	207
6.1.6.1	Natureza jurídica do inquérito civil e suas finalidades.....	210

6.2	Advocacia Pública.....	210
6.2.1	Estrutura organizacional da Advocacia Pública.....	211
6.2.2	Prerrogativas processuais conferidas à Advocacia Pública.....	211
6.2.3	Responsabilidade civil do membro da Advocacia Pública.....	211
6.3	Defensoria Pública.....	211
6.3.1	Prerrogativas processuais conferidas à Defensoria Pública.....	212
6.3.2	Responsabilidade civil do membro da Defensoria Pública.....	213
6.4	Síntese conclusiva.....	213
6.5	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	214
7.	ATOS PROCESSUAIS.....	215
7.1	Atos processuais – conceito.....	215
7.2	Forma dos atos processuais.....	216
7.3	Atos do juiz.....	218
7.3.1	Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.....	219
7.3.1.1	Poderes atribuídos ao magistrado.....	220
7.3.1.2	Deveres do magistrado.....	221
7.3.1.3	Responsabilidades do magistrado.....	222
7.4	Atos das partes.....	224
7.5	Atos dos auxiliares da justiça.....	225
7.5.1	Escrivão ou chefe de secretaria.....	225
7.5.2	Perito.....	225
7.5.3	Avaliador.....	226
7.5.4	Oficial de justiça.....	226
7.5.5	Depositário e administrador.....	227
7.5.6	Intérprete e tradutor.....	227
7.5.7	Mediador e conciliador judicial.....	228
7.5.8	Partidor.....	229
7.5.9	Distribuidor.....	229
7.5.10	Regulador de avarias.....	229
7.6	Do tempo e lugar dos atos processuais.....	230
7.7	Dos prazos processuais.....	231
7.7.1	Prazos próprios e prazos impróprios.....	232
7.7.2	Prazos peremptórios e prazos dilatórios.....	233
7.7.3	Informações veiculadas nos <i>sites</i> dos tribunais.....	235

7.8	Da comunicação dos atos.....	235
7.8.1	Das cartas.....	236
7.8.2	Da citação.....	238
7.8.2.1	Teoria da aparência	239
7.8.2.2	Modalidades de citação	239
7.8.2.3	Efeitos da citação	241
7.8.2.4	Revelia e seus efeitos	243
7.8.3	Intimações	246
7.9	Síntese conclusiva.....	247
7.10	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados	248
8.	TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA.....	251
8.1	Considerações gerais.....	251
8.2	Possibilidade de concessão da tutela provisória de urgência <i>inaudita altera parte</i> . Designação da audiência de justificação ..	253
8.3	Objetos de proteção	254
8.4	Possibilidade de concessão da tutela provisória cautelar ou antecipada em caráter antecedente ou incidental	254
8.5	Provisoriedade da tutela.....	255
8.6	Utilização das medidas de apoio para estimular o cumprimento da decisão que concede a tutela provisória	255
8.6.1	Exigibilidade da multa.....	257
8.7	Observância das regras relacionadas ao cumprimento provisório da sentença	257
8.8	Necessidade de fundamentação do pronunciamento que concede, nega, modifica ou revoga a tutela provisória	257
8.9	Competência.....	258
8.9.1	Tutela provisória requerida na pendência de recurso extraordinário ou de recurso especial	259
8.10	Requisitos exigidos para a concessão da tutela provisória de urgência	259
8.11	Exigência de caução.....	260
8.12	Perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.....	261
8.13	Modalidades de tutela provisória de natureza cautelar	261
8.14	Responsabilidade da parte por dano processual.....	262
8.15	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	263

8.16	Tutela antecipada estável.....	265
8.17	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente	266
8.17.1	Citação do réu.....	267
8.17.2	Não apresentação da contestação e presunção de aceitação dos fatos como ocorridos.....	267
8.17.3	Efetivação da tutela cautelar e formulação do pedido principal.....	268
8.17.4	Cessação da eficácia da tutela concedida em caráter antecedente.....	269
8.17.4.1	Cessação da eficácia quando o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal.....	269
8.17.4.2	Cessação da eficácia quando a tutela concedida em caráter antecedente não for efetivada dentro de 30 dias.....	269
8.17.4.3	Cessação da eficácia quando o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito.....	270
8.18	Efeitos decorrentes do indeferimento da tutela cautelar.....	270
8.19	Tutela da evidência.....	270
8.20	Síntese conclusiva.....	272
8.21	Prazos relacionados às tutelas provisórias.....	272
9.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	273
9.1	Formação do processo.....	273
9.1.1	Estabilização do processo.....	275
9.2	Suspensão do processo.....	275
9.2.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, do seu representante legal ou do seu procurador.....	275
9.2.2	Suspensão do processo por convenção das partes.....	277
9.2.3	Suspensão decorrente da arguição do impedimento ou da suspeição do juiz.....	278
9.2.4	Suspensão decorrente do recebimento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	279
9.2.5	Prejudicialidade de outra causa.....	279
9.2.6	Aguardo da comprovação de fato ou da produção de prova delegada a outro juízo.....	279

9.2.7	Motivo de força maior.....	280
9.2.8	Outras causas de suspensão.....	281
9.2.9	Prática de atos durante a suspensão.....	281
9.3	EXTINÇÃO DO PROCESSO	281
9.3.1	Hipóteses de extinção do processo sem a resolução do mérito.....	282
9.3.1.1	Indeferimento da petição inicial	284
9.3.1.2	Extinção quando o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	284
9.3.1.3	Extinção quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.....	285
9.3.1.4	Extinção quando o juiz verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo	286
9.3.1.5	Extinção quando o magistrado reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.....	286
9.3.1.6	Extinção decorrente do reconhecimento da ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	287
9.3.1.7	Extinção quando o magistrado acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer a sua competência	287
9.3.1.8	Extinção decorrente da homologação da desistência da ação.....	288
9.3.1.9	Extinção quando, em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal	289
9.3.1.10	Extinção em outros casos previstos na lei processual	290
9.3.2	Hipóteses de extinção do processo com a resolução do mérito.....	290
9.3.2.1	Resolução quando o juiz acolher o pedido formulado pelo autor na ação ou na reconvenção	292

9.3.2.2	Resolução quando o juiz decide, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência da decadência ou da prescrição.....	292
9.3.2.3	Resolução quando o magistrado homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção.....	293
9.3.2.4	Resolução quando o magistrado homologar a transação.....	294
9.3.2.5	Resolução quando o magistrado homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção	295
9.4	Síntese conclusiva	296
10.	PETIÇÃO INICIAL	299
10.1	Petição inicial – considerações gerais	299
10.2	Forma da petição inicial.....	301
10.3	Requisitos da petição inicial	301
10.3.1	O juízo a que é dirigida.....	303
10.3.2	Nomes e qualificação das partes	304
10.3.3	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido	307
10.3.4	O pedido com as suas especificações.....	307
10.3.5	O valor da causa.....	308
10.3.6	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	311
10.4	Emenda da petição inicial.....	312
10.5	Indeferimento da petição inicial	315
10.6	Improcedência liminar do pedido	317
10.7	Síntese conclusiva	321
10.8	Principais súmulas e enunciados relacionados aos assuntos estudados	321
11.	DEFESA DO RÉU	323
11.1	Defesa do réu – considerações gerais.....	323
11.2	Defesas diretas e defesas indiretas.....	325
11.3	Prazo para o oferecimento da defesa.....	326
11.4	Forma da defesa	329

11.5	Modalidades de defesa	331
11.5.1	Contestação. Finalidades. Liberdade na sua redação.....	332
11.5.1.1	Princípio da eventualidade.....	333
11.5.1.2	Ônus da impugnação especificada.....	334
11.5.1.3	Defesa indireta do réu.....	335
11.5.1.3.1	Inexistência ou nulidade da citação	336
11.5.1.3.2	Incompetência relativa e incompetência absoluta.....	337
11.5.1.3.3	Incorreção do valor da causa.....	338
11.5.1.3.4	Inépcia da petição inicial	339
11.5.1.3.5	Perempção	339
11.5.1.3.6	Litispendência	340
11.5.1.3.7	Coisa julgada	340
11.5.1.3.8	Conexão	341
11.5.1.3.9	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	342
11.5.1.3.10	Convenção de arbitragem.....	343
11.5.1.3.11	Ausência de legitimidade ou de interesse processual	344
11.5.1.3.12	Falta de caução ou de outra prestação exigida pela lei.....	346
11.5.1.3.13	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.....	347
11.5.2	Exceções processuais	347
11.5.2.1	Exceções de impedimento e de suspeição.....	348
11.5.2.1.1	Dinâmica das exceções de impedimento e de suspeição	351
11.5.3	Reconvenção	352
11.5.3.1	Prazo para a oposição da reconvenção	353
11.5.3.2	O novo CPC e a transformação de todas as ações em dúpiques	354
11.5.3.3	Pressupostos da reconvenção.....	355
11.5.3.4	Dinâmica da reconvenção	356
11.5.3.5	Expansão da reconvenção – nova realidade processual	357

11.6	Síntese conclusiva	358
11.7	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados	358
12.	DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO DO PROCESSO	359
12.1	Considerações gerais	359
12.2	Julgamento antecipado do mérito	359
12.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	361
12.4	Saneamento do processo	362
12.4.1	Resolução das questões processuais pendentes.....	364
12.4.2	Delimitação das questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória e especificação dos meios de prova admitidos	365
12.4.3	Definição da distribuição do ônus da prova	366
12.4.4	Delimitação das questões de direito relevantes para a decisão de mérito	367
12.5	Síntese conclusiva	367
13.	DAS AUDIÊNCIAS.....	369
13.1	Considerações gerais	369
13.2	Audiência de conciliação ou sessão de mediação	371
13.4	Considerações gerais sobre a audiência de instrução e julgamento	375
13.4.1	Adiamento da audiência de instrução e julgamento	375
13.4.2	Dinâmica da audiência de instrução e julgamento	376
13.4.3	Atos preparatórios da audiência de instrução e julgamento	380
13.5	Audiências designadas nas ações que têm curso pelo procedimento sumaríssimo	382
13.6	Síntese conclusiva	385
13.7	Principais súmulas relacionadas aos assuntos estudados	386
14.	DAS PROVAS.....	387
14.1	Disposições gerais – conceito de prova	387
14.2	Objeto da prova.....	388
14.3	Fatos que não dependem de prova.....	389
14.4	Momento da prova.....	391

14.5	Provas típicas (ou nominadas) e provas atípicas (ou inominadas)	394
14.6	Classificação das provas.....	397
14.7	Princípios que orientam a produção da prova.....	399
14.7.1	Princípio do contraditório e da ampla defesa e a produção de provas.....	399
14.7.2	Princípio da oralidade.....	401
14.7.3	Princípio da bilateralidade da audiência.....	402
14.8	Sistema de avaliação da prova.....	403
14.9	Responsabilidade pela produção da prova.....	404
14.9.1	Ônus da prova.....	405
14.9.2	Recusa à submissão ao exame pericial e as suas consequências jurídicas.....	410
14.9.3	Inversão do ônus da prova e atribuição do ônus da prova de modo diverso.....	411
14.10	Participação do juiz na produção das provas.....	412
14.11	Prova emprestada.....	414
14.12	Modalidades de prova.....	416
14.12.1	Prova testemunhal – conceito.....	418
14.12.1.1	Restrição da produção da prova testemunhal ..	418
14.12.1.2	Apresentação do rol de testemunhas.....	420
14.12.1.3	Incapacidade, impedimento e suspeição das testemunhas.....	422
14.12.1.4	Contradita das testemunhas.....	424
14.12.1.5	Intimação da testemunha e produção da prova testemunhal.....	425
14.12.2	Prova documental – conceito.....	427
14.12.2.1	Classificação dos documentos e sua força probatória.....	428
14.12.2.2	Momento da produção da prova documental... ..	430
14.12.2.3	Da arguição da falsidade.....	432
14.12.2.3.1	Natureza jurídica da decisão que enfrenta a alegação de falsidade... ..	433
14.12.3	Da exibição de documento ou coisa – conceito.....	434
14.12.3.1	Dinâmica do pedido de exibição de documento ou de coisa.....	434
14.12.4	Da requisição de documentos pelo magistrado.....	438

14.12.5	Do depoimento pessoal – conceito.....	439
14.12.5.1	Momento em que o depoimento pessoal é prestado	441
14.12.5.2	Destinatário do depoimento pessoal	442
14.12.6	Da prova pericial – conceito.....	442
14.12.6.1	Nomeação do perito e a indicação dos assisten- tes.....	445
14.12.6.2	Perícia nas ações que têm curso pelo rito su- maríssimo	446
14.12.6.3	Momento da produção da prova pericial e sua dinâmica	447
14.12.6.4	Honorários periciais.....	448
14.12.7	Inspeção judicial – conceito	449
14.12.7.1	Dinâmica da inspeção judicial.....	450
14.12.8	Ata notarial.....	450
14.13	Síntese conclusiva	451
14.14	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados	453
15.	DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA.....	455
15.1	pronunciamentos judiciais	455
15.2	Sentença	457
15.3	Princípio da congruência como norte para a atuação do magis- trado.....	458
15.4	Sentença líquida.....	459
15.5	Elementos da sentença	461
15.6	Arbitramento de multa diária para incentivar o adimplemento das obrigações de fazer ou de não fazer e da obrigação de dar	463
15.7	Término da função jurisdicional.....	467
15.8	Coisa julgada	468
15.8.1	Coisa julgada material e coisa julgada formal.....	471
15.9	Coisa julgada nas ações coletivas.....	474
15.10	Relativização da coisa julgada.....	475
15.11	Ação anulatória de decisão homologatória	478
15.12	Síntese conclusiva	479
15.13	Principais Súmulas aplicáveis aos assuntos estudados.....	480

16.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	481
16.1	Considerações iniciais.....	481
16.2	Ação de consignação em pagamento	482
16.2.1	Situações legais em que a ação de consignação em pagamento pode ser proposta	483
16.2.2	Legitimidade ativa.....	483
16.2.3	Legitimidade passiva	483
16.2.4	Consignação extrajudicial.....	484
16.2.4.1	Procedimento e dinâmica da consignação extrajudicial.....	484
16.2.5	Competência.....	485
16.2.5.1	Conexão entre a ação de consignação em pagamento e outra ação judicial	485
16.2.6	Condição para que o depósito tenha força liberatória .	486
16.2.7	Depósito de prestações sucessivas. Pedido implícito.....	486
16.2.8	Dinâmica da ação de consignação em pagamento.....	487
16.2.9	Depósito de coisa indeterminada	487
16.2.10	Contestação apresentada na ação de consignação em pagamento	488
16.2.11	Efeitos produzidos pela sentença que julga a ação de consignação em pagamento.....	490
16.2.12	Dúvida sobre quem deva receber.....	490
16.3	Ação de exigir contas	491
16.3.1	Apresentação das contas pelo réu	492
16.3.2	Constituição de título executivo	493
16.3.3	Prestação de contas pelo inventariante, tutor, curador, depositário e por qualquer outro administrador	493
16.4	Ações possessórias.....	494
16.4.1	Competência	495
16.4.2	Fungibilidade entre as ações possessórias.....	495
16.4.3	Consequências processuais advindas do ajuizamento da ação possessória contra vários réus	495
16.4.4	Cumulação de pedidos nas ações possessórias.....	496
16.4.5	Natureza dúplice das ações possessórias.....	497
16.4.6	Impossibilidade de as partes discutirem domínio na pendência das ações possessórias.....	497

16.4.7	Rito das ações possessórias.....	498
16.4.8	Requisitos exigidos para o ajuizamento das ações possessórias	498
14.4.9	Concessão da liminar ou designação da audiência de justificação.....	499
16.4.10	Citação do réu e apresentação da defesa.....	500
16.4.11	Litígio coletivo pela posse de imóvel	501
16.5	Ações de divisão e de demarcação de terras particulares	502
16.5.1	Legitimidade ativa na ação demarcatória	502
16.5.2	Legitimidade passiva na ação demarcatória	502
16.5.3	Competência na ação demarcatória	503
16.5.4	Demarcatória de terras devolutas.....	503
16.5.5	Finalidade e objeto da ação divisória.....	503
16.5.6	Competência na ação divisória	503
16.5.7	Legitimidade ativa na ação divisória	503
16.5.8	Legitimidade passiva na ação divisória	504
16.5.9	Cumulação de ações	504
16.5.10	Encerramento da ação demarcatória e consequência em relação aos confinantes.....	504
16.6	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	505
16.6.1	Competência	506
16.6.2	Valor da causa	506
16.6.3	Natureza jurídica da ação	506
16.6.4	Legitimidade ativa.....	507
16.6.5	Citação dos sócios e da sociedade.....	507
16.7	Inventário e partilha	508
16.7.1	Inventário extrajudicial.....	508
16.7.2	Situações em que o inventário judicial não é instaurado	509
16.7.3	Competência	509
16.7.4	Prazos de instauração e de conclusão do processo de inventário.....	510
16.7.5	Administrador provisório.....	510
16.7.6	Legitimidade para requerer o inventário	510
	16.7.6.1 Legitimidade concorrente	511
16.7.7	Nomeação do inventariante.....	512

16.7.8	Incumbências do inventariante	513
16.7.9	Primeiras declarações de bens e de direitos	514
16.7.10	Remoção do inventariante	515
16.7.11	Citações e impugnações	517
16.7.12	Preterição de interessado	518
16.7.13	Avaliação e cálculo do imposto	518
16.7.14	Últimas declarações e cálculo do imposto de transmissão <i>causa mortis</i>	519
16.7.15	Colações	519
16.7.16	Pagamento das dívidas	520
16.7.17	Partilha	521
	16.7.17.1 Pagamento do imposto e julgamento da parti- ilha	522
	16.7.17.2 Anulação da partilha amigável	523
16.7.18	Soprepartilha	523
16.8	Embargos de terceiro	524
16.8.1	Prazo para a oposição dos embargos de terceiro	526
16.8.2	Competência	526
16.8.3	Requisitos específicos da petição inicial da ação de embargos de terceiro e dinâmica processual	527
16.9	Oposição	528
16.9.1	Dinâmica da oposição	528
16.9.2	Julgamento da oposição e da ação originária por sen- tença única	529
16.10	Habilitação	529
16.10.1	Legitimidade ativa e passiva	530
16.10.2	Dinâmica da oposição	530
16.11	Ações de família	531
16.11.1	Adoção do rito comum após o aperfeiçoamento da citação	532
16.11.2	Processo que envolva discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental	533
16.12	Ação monitoria	534
16.12.1	Ajuizamento da ação monitoria fundada em título exe- cutivo	536
16.12.2	Ajuizamento da ação monitoria contra a Fazenda Pública	536

16.12.3	Expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer	536
16.12.4	Parcelamento da dívida	538
16.12.5	Oposição dos embargos monitórios.....	538
16.12.5.1	Oposição dos embargos monitórios fundados na alegação de excesso na cobrança.....	539
16.12.5.2	Consequências advindas da rejeição dos embargos monitórios.....	539
16.13	Homologação do penhor legal.....	540
16.13.1	Limitação da defesa	541
16.14	Regulação de avaria grossa.....	541
16.15	Restauração de autos	544
16.15.1	Competência	545
16.15.2	Procedimento.....	545
16.15.3	Perda dos autos após a produção de provas.....	546
16.15.4	Julgamento da ação	547
16.16	Síntese conclusiva	547
17.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	549
17.1	Considerações gerais.....	549
17.2	Legitimidade ativa	550
17.3	Modalidades de liquidação	550
17.3.1	Liquidação por arbitramento.....	550
17.3.2	Liquidação pelo procedimento comum.....	551
17.4	Respeito à coisa julgada	552
17.5	Resultado zero da liquidação	552
17.6	Julgamento da liquidação.....	553
17.7	Instauração da liquidação na pendência de recurso	553
17.8	Síntese conclusiva	554
18.	EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL E FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	555
18.1	Diferenças entre a jurisdição executiva e a jurisdição de conhecimento.....	555
18.2	Conceito de execução	557

18.3	Princípios que orientam a execução.....	559
18.3.1	Princípio da menor onerosidade para o devedor.....	559
18.3.2	Princípio do contraditório e da ampla defesa aplicável à execução.....	561
18.4	Cumprimento de Sentença.....	562
18.4.1	Competência no cumprimento de sentença.....	562
18.4.2	Legitimidade no cumprimento de sentença.....	565
18.4.3	Títulos executivos judiciais.....	566
18.4.3.1	Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	566
18.4.3.2	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	570
18.4.3.3	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	571
18.4.3.4	Formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.....	571
18.4.3.5	Crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.....	573
18.4.3.6	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	573
18.4.3.7	Sentença arbitral.....	577
18.4.3.8	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (inciso VIII do art. 515 do CPC).....	578
18.4.4	Aplicação das regras do processo de execução no cumprimento de sentença.....	579
18.5	Condições da ação de execução fundada em título extrajudicial.....	579
18.5.1	Ausência do interesse processual, decorrente do ajuizamento da ação de execução em vez da ação de conhecimento.....	580
18.5.1.1	Possibilidade do ajuizamento da ação de conhecimento em vez da ação de execução.....	580
18.5.1.2	Perda superveniente do interesse de agir na execução.....	581

18.6	Competência na ação de execução fundada em título extrajudicial	582
18.7	Legitimidade	582
18.7.1	Legitimidade ativa para a execução	583
18.7.1.1	Legitimidade ativa do credor, a quem a lei confere título executivo (art. 778 do CPC).....	583
18.7.1.2	Legitimidade ativa do Ministério Público (inciso I do § 1º do art. 778).....	584
18.7.1.3	Legitimidade do espólio, dos herdeiros ou dos sucessores do credor, sempre que, por morte deste, lhes for transmitido o direito resultante do título executivo (inciso II do § 1º do art. 778 do CPC)	586
18.7.1.4	Legitimidade do cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos (inciso III do § 1º do art. 778 do CPC).....	588
18.7.1.5	Legitimidade do sub-rogado, nos casos de sub-rogação legal ou convencional (inciso IV do § 1º do art. 778 do CPC).....	590
18.7.2	Legitimidade passiva para a execução.....	591
18.7.2.1	Legitimidade passiva do devedor (inciso I do art. 779 do CPC).....	591
18.7.2.2	Legitimidade passiva do espólio, dos herdeiros ou dos sucessores do devedor (inciso II do art. 779 do CPC).....	592
18.7.2.3	Legitimidade passiva do novo devedor que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo (inciso III do art. 779 do CPC)	593
18.7.2.4	Legitimidade passiva do fiador do débito constante em título extrajudicial	594
18.7.2.5	Legitimidade passiva do responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito (inciso V do art. 779 do CPC).....	595
18.7.2.6	Legitimidade passiva do responsável tributário, assim definido em lei (inciso VI do art. 779 do CPC)	595
18.8	Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução	598

18.9	Título executivo	601
18.9.1	Exigência de que a obrigação disposta no título seja certa, líquida e exigível.....	603
18.9.2	Títulos executivos extrajudiciais	606
18.9.2.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e o cheque	607
18.9.2.1.1	Letra de câmbio.....	608
18.9.2.1.2	Nota promissória	609
18.9.2.1.3	Duplicata.....	610
18.9.2.1.4	Debênture	612
18.9.2.1.5	Cheque	612
18.9.2.2	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	614
18.9.2.3	Documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas	616
18.9.2.4	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal.....	616
18.9.2.5	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	617
18.9.2.6	Contrato de seguro em caso de morte.....	618
18.9.2.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	621
18.9.2.8	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	622
18.9.2.9	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	622
18.9.2.10	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas.....	623

18.9.2.11	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei..	623
18.9.2.12	Demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva	623
18.10	Propositura da ação de desconstituição do título e sua prejudicialidade em relação à execução	623
18.11	Responsabilidade patrimonial	625
18.11.1	Responsabilidade patrimonial e impenhorabilidade de bens.....	627
18.11.2	Responsabilidade secundária	629
18.11.3	Fraude contra credores e fraude à execução – considerações gerais.....	633
18.11.3.1	Fraude contra credores	634
18.11.3.2	Fraude à execução	635
18.11.3.3	Atos atentatórios à dignidade da Justiça.....	639
18.12	Das várias espécies de execução. Interrupção da prescrição na ação de execução.....	640
18.12.1	Execução para entrega de coisa certa fundada em título extrajudicial.....	642
18.12.1.1	Dinâmica da execução para entrega de coisa certa fundada em título extrajudicial.....	643
18.12.1.2	Execução para entrega de coisa incerta fundada em título extrajudicial.....	644
18.12.1.3	Execução das obrigações de fazer e de não fazer fundadas em título extrajudicial	646
18.12.1.2.1	Dinâmica da execução da obrigação de fazer fundada em título extrajudicial	647
18.12.1.3	Dinâmica da ação de execução da obrigação de não fazer fundada em título extrajudicial	650
18.12.2	Execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título extrajudicial.....	651
18.12.2.1	Citação do devedor	652
18.12.3	Arresto	655
18.12.4	Pagamento do principal com os acréscimos legais e suas consequências jurídicas.....	656

18.12.5	Nomeação de bens à penhora.....	657
18.12.6	Não localização de bens do devedor passíveis de penhora e consequências processuais. Aperfeiçoamento da penhora <i>on-line</i>	658
18.12.7	Obtenção de certidão comprobatória da admissão da ação de execução pelo magistrado.....	660
18.12.8	Penhora.....	661
18.12.8.1	Efeitos da penhora.....	662
18.12.8.2	Penhora efetivada por carta	663
18.12.8.3	Penhora de bens imóveis	664
18.12.8.4	Dinâmica da penhora	664
18.12.8.5	Pronunciamento judicial que resolve questões relacionadas à penhora e recurso adequado ao seu combate.....	665
18.12.8.6	Desfazimento da penhora incidente em bens de terceiro não responsável.....	665
18.12.8.7	Aperfeiçoamento de uma segunda penhora.....	666
18.12.8.8	Penhoras especiais.....	667
18.12.9	Oposição dos embargos e eventual suspensão da ação de execução.....	670
18.12.10	Avaliação.....	670
18.12.10.1	Dispensa da avaliação	671
18.12.10.2	Dinâmica da avaliação	671
18.12.11	Formas de satisfação do credor.....	672
18.12.12	Pagamento ao credor em dinheiro como resultado da arrematação.....	673
18.12.12.1	Atos preparatórios do leilão judicial.....	675
18.12.12.2	Tentativas de venda do(s) bem(ns) penhorado(s). Identificação das pessoas que não podem oferecer lance. Proibição de venda do(s) bem(ns) por preço vil e consequências resultantes do descumprimento dessa regra...	678
18.12.12.3	Dinâmica da arrematação	679
18.12.12.4	Conclusão da arrematação.....	681
18.12.12.5	Frustração do leilão judicial e consequências processuais	683
18.12.13	Satisfação do credor por meio da adjudicação	684

18.13	Remição da execução, remição de bens e remissão da dívida ...	686
18.14	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial.....	687
18.15	Execução contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial.....	689
18.16	Execução fiscal.....	690
18.17	Execução por quantia certa contra devedor insolvente.....	696
18.17.1	Declaração de insolvência.....	700
18.17.1.1	Efeitos decorrentes da declaração de insolvência	701
18.17.2	Legitimidade para requerer a declaração de insolvência	701
18.17.3	Atribuições do administrador	703
18.17.4	Verificação e classificação dos créditos.....	704
18.17.5	Saldo devedor	706
18.17.6	Extinção da obrigação	706
18.18	Suspensão da execução.....	707
18.18.1	Suspensão da execução em decorrência do recebimento dos embargos à execução no efeito suspensivo.....	707
18.18.2	Suspensão da execução quando o devedor não possuir bens penhoráveis.....	708
18.18.3	Suspensão quando a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 15 (quinze) dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis.....	709
18.18.4	Suspensão em decorrência da concessão do parcelamento de que trata o art. 916 da lei processual.....	710
18.19	Extinção da execução	710
18.20	Fase de cumprimento da sentença.....	711
18.20.1	Necessidade de apresentação de requerimento pelo credor	712
18.20.2	Aperfeiçoamento da intimação do devedor	712
18.20.3	Impossibilidade de instauração da fase de cumprimento da sentença contra o fiador, o coobrigado ou o responsável que não participou da fase de conhecimento.	713
18.20.4	Relação jurídica sujeita a condição ou a termo	713
18.20.5	Títulos executivos judiciais	714
18.20.5.1	Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	714

18.20.5.2	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	714
18.20.5.3	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	714
18.20.5.4	Formal e certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal....	714
18.20.5.5	Crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial	715
18.20.5.6	Sentença penal condenatória transitada em julgado	715
18.20.5.7	Sentença arbitral.....	716
18.20.5.8	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	716
18.20.6	Competência	716
18.20.7	Protesto da decisão judicial transitada em julgado	717
18.20.8	Execução provisória da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	718
18.20.9	Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	720
18.20.9.1	Pagamento parcial.....	721
18.20.9.2	Consequências advindas do decurso do prazo de 15 (quinze) dias	721
18.20.10	Execução de alimentos fundada em título judicial.....	722
18.20.10.1	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	723
18.20.10.2	Dinâmica da execução de alimentos fundada no art. 528 do CPC.....	726
18.20.11	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	728
18.21	Síntese conclusiva.....	733
18.22	Principais súmulas aplicáveis aos assuntos ESTUDADOS.....	737
18.23	Principais prazos relacionados à execução fundada em título extrajudicial e à fase de cumprimento da sentença	740

19. DEFESA DO DEVEDOR NAS EXECUÇÕES FUNDADAS EM TÍTULOS JUDICIAIS E EM TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS.....	743
19.1 Embargos opostos na execução fundada em título extrajudicial	743
19.2 Impugnação oposta na execução fundada em título judicial.....	745
19.3 Condições e pressupostos específicos da ação de embargos à execução	746
19.4 Oposição dos embargos à execução independentemente da garantia do juízo.....	747
19.5 Prazo para a oposição dos embargos à execução quando a citação é aperfeiçoada por carta precatória	748
19.6 Prazo para a oposição dos embargos à execução e da impugnação quando a ação de execução é proposta contra mais de um executado ou quando a fase de cumprimento da sentença é instaurada contra mais de um devedor	750
19.7 Reforço de penhora e oposição de novos embargos à execução ou de nova impugnação.....	750
19.8 Legitimidade do responsável para opor embargos à execução...	752
19.9 Consequências resultantes da perda do prazo para a oposição dos embargos à execução	753
19.10 Matérias que podem ser suscitadas na impugnação e nos embargos à execução.....	754
19.10.1 Matérias que podem ser alegadas pelo executado na impugnação	754
19.10.1.1 Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (inciso I do § 1º do art. 525 do CPC).....	754
19.10.1.2 Ilegitimidade de parte (inciso II do § 1º do art. 525 do CPC).....	755
19.10.1.3 Inexigibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (inciso III do § 1º do art. 525 do CPC)	755
19.10.1.4 Penhora incorreta ou avaliação errônea (inciso IV do § 1º do art. 525 do CPC).....	756
19.10.1.5 Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (inciso V do § 1º do art. 525 do CPC)	756
19.10.1.7 Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença (inciso VII do § 1º do art. 525 do CPC)	758

19.10.2	Matérias que podem ser alegadas pelo executado nos embargos à execução	759
19.10.2.1	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (inciso I do art. 917 do CPC).....	759
19.10.2.2	Penhora incorreta ou avaliação errônea (inciso II do art. 917 do CPC)	759
19.10.2.3	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (inciso III do art. 917 do CPC) ...	760
19.10.2.4	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa (inciso IV do art. 917 do CPC)	762
19.10.2.5	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (inciso V do art. 917 do CPC)	762
19.10.2.6	Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento (inciso VI do art. 917 do CPC).....	762
19.11	Dinâmica da ação de embargos à execução – Da oposição ao seu julgamento	763
19.12	Pedido de condenação do exequente ao pagamento de indenização por perdas e danos nos embargos à execução.....	765
19.13	Parcelamento da dívida. Técnica exclusiva da ação de execução fundada em título extrajudicial	767
19.14	Reconhecimento de que os embargos à execução são protelatórios e consequências processuais.....	769
19.15	Exceção de pré-executividade – considerações gerais.....	770
19.15.1	Consequências resultantes do julgamento da exceção de pré-executividade	771
19.15.2	Dinâmica da exceção de pré-executividade.....	773
19.16	Síntese conclusiva	774
19.17	Principais súmulas relacionadas aos assuntos estudados	776
19.18	Principais prazos relacionados à impugnação e aos embargos à execução	776
20.	DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS.....	777
20.1	Dever atribuído aos tribunais de uniformizar a sua jurisprudência e de mantê-la estável, íntegra e coerente.....	777
20.2	Respeito aos precedentes jurisprudenciais.....	778

20.3	Da ordem dos processos no tribunal.....	779
20.3.1	Registro e distribuição de autos no tribunal	779
20.3.2	Crerios que orientam a distribuição	779
20.3.3	Prevenção do relator	780
20.3.4	Procedimento inicial	780
20.3.5	Poderes conferidos ao relator.....	780
20.3.6	Procedimento final	781
20.3.6.1	Ordem de julgamento na sessão	781
20.3.6.2	Sustentação oral.....	782
20.3.6.2.1	Sustentação oral por videoconferencia	783
20.3.6.3	Formulação do pedido de vista durante o julgamento	783
20.3.6.4	Anúncio do resultado do julgamento e lavratura do acórdão	784
20.3.7	Julgamento não unânime	784
20.3.8	Registro eletrônico.....	784
20.3.9	Julgamento do agravo de instrumento antes da apelação – Prejudicialidade.....	785
20.4	Incidente de assunção de competência.....	785
20.5	Incidente de arguico de inconstitucionalidade.....	787
20.5.1	Julgamento do incidente.....	788
20.6	Conflito de competência.....	789
20.6.1	Legitimidade para arguir o conflito de competência	790
20.6.2	Suspensão dos processos.....	790
20.6.3	Competência para apreciar o conflito	791
20.6.4	Dinâmica e julgamento do incidente.....	791
20.6.5	Causa impeditiva da arguico do conflito.....	792
20.7	Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i>  carta rogatória.....	793
20.7.1	Requisitos indispensáveis à homologação da decisão estrangeira	794
20.7.2	Cumprimento da decisão estrangeira, depois de homologada pelo STJ	794
20.8	Ação rescisória	795
20.8.1	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória.....	796

20.8.2	Hipóteses de cabimento da ação rescisória.....	799
20.8.2.1	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	799
20.8.2.2	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente	800
20.8.2.3	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	800
20.8.2.4	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, ofender a coisa julgada	801
20.8.2.5	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, violar manifestamente norma jurídica....	802
20.8.2.6	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.....	802
20.8.2.7	Quando obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.....	803
20.8.2.8	Quando a decisão de mérito, transitada em julgado, for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos	803
20.8.3	Competência para processar e julgar a ação rescisória.	804
20.8.4	Dinâmica da ação rescisória.....	805
20.9	Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	806
20.9.1	Pressupostos exigidos para a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	808
20.9.2	Atuação do Ministério Público no incidente de resolução de demandas repetitivas	809
20.9.3	Competência para o julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas	809

20.9.4	Afetação de recurso por tribunal superior como fator impeditivo para a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	809
20.9.5	Legitimidade para requerer a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	810
20.9.6	Competência interna para julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas	810
20.9.7	Ampla publicidade da instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	811
20.9.8	Prazo para o julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas	811
20.9.9	Consequências advindas da admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	812
20.9.9.1	Possibilidade de interposição do recurso de agravo de instrumento contra a decisão pela qual o magistrado determina a suspensão de ação individual	813
20.9.10	Suspensão da prescrição das ações	814
20.9.11	Ouvida das partes, de interessados e do Ministério Público e julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas	814
20.9.12	Adoção da tese jurídica firmada no julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas	816
20.9.13	Recursos adequados ao combate da decisão que julga o incidente de resolução de demandas repetitivas	817
20.10	Reclamação	818
20.10.1	Exemplo de cabimento da reclamação	821
20.10.2	Objeto da reclamação	822
20.10.3	Cabimento da reclamação contra ato administrativo	822
20.10.4	Atuação do MP na reclamação	822
20.10.5	Julgamento da reclamação	822
20.11	Síntese conclusiva	823
21.	RECURSOS	825
21.1	Conceito de recurso	825
21.2	Objeto do Recurso	828
21.3	Objetivo do Recurso	828

21.4	Princípios processuais e constitucionais relacionados aos recursos.....	831
21.4.1	Princípio do duplo grau de jurisdição	832
21.4.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição no reexame necessário.....	834
21.4.2	Princípio da fungibilidade.....	838
21.4.3	Princípio da taxatividade.....	840
21.4.4	Princípio da singularidade ou da unicidade recursal.....	841
21.4.5	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> (reformatar para pior, em tradução livre)	841
21.5	Requisitos de admissibilidade dos recursos	844
21.5.1	Importância do conhecimento do recurso para o trânsito em julgado da decisão judicial	848
21.6	Classificação dos requisitos	848
21.6.1	Tempestividade.....	849
21.6.1.1	Redução de prazos para a interposição de recursos	850
21.6.1.2	Ampliação de prazos para a interposição dos recursos.....	851
21.6.1.3	Início do prazo recursal.....	852
21.6.1.4	Intimação pessoal como condição para o início do prazo recursal	854
21.6.1.5	Interposição do recurso antes da publicação da decisão e consequências processuais	854
21.6.1.6	Justa causa na interposição do recurso fora do prazo legal.....	855
21.6.2	Preparo.....	857
21.6.2.1	Isenções subjetivas.....	858
21.6.2.2	Isenções objetivas	859
21.6.2.3	Momento do recolhimento das custas e da comprovação nos autos.....	860
21.6.2.3.1	Exceções ao art. 1.007 do CPC.....	862
21.6.2.3.2	Recolhimento a menor e complementação	862
21.6.2.4	Recolhimento da multa pela litigância de má-fé como requisito específico de admissibilidade do recurso.....	863

21.6.3	Regularidade formal.....	864
21.6.3.1	Requisitos formais da apelação.....	865
21.6.3.2	Requisitos formais do agravo de instrumento..	866
21.6.3.3	Requisitos formais do recurso especial.....	867
21.6.4	Adequação.....	869
21.6.5	Interesse para recorrer.....	870
21.6.6	Legitimidade para recorrer.....	871
21.6.6.1	Legitimidade das partes.....	871
21.6.6.2	Legitimidade do Ministério Público.....	872
21.6.6.3	Legitimidade do terceiro prejudicado.....	872
21.7	<i>Tantum devolutum quantum appellatum</i> × questões processuais de ordem pública.....	873
21.8	Aceitação tácita ou expressa aos termos do pronunciamento judicial.....	875
21.9	Desistência do recurso.....	876
21.10	Efeitos dos recursos. Considerações gerais.....	876
21.10.1	Efeitos do recurso de apelação.....	877
21.10.2	Efeitos do recurso de embargos de declaração.....	880
21.10.3	Atribuição de efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento ou deferimento, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, da pretensão recursal.....	881
21.10.4	Atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial e ao recurso extraordinário.....	882
21.10.5	Regras específicas sobre os efeitos do recurso, inseridas em leis especiais.....	882
21.11	Recurso adesivo.....	883
21.12	Considerações gerais sobre a apelação.....	885
21.12.1	Objeto da apelação.....	888
21.12.2	Objetivos da apelação.....	888
21.12.3	Interposição da apelação contra a sentença que indefere a petição inicial.....	890
21.12.4	Supressão da instância nas situações previstas nos §§ 3.º e 4.º do art. 1.013 do CPC.....	891
21.12.5	Dinâmica do recurso de apelação. Encaminhamento ao tribunal independentemente da realização do juízo de admissibilidade.....	892

21.13	Agravo interno. Considerações gerais. Hipóteses de cabimento.	897
21.13.1	Recurso inadmissível e recurso prejudicado	898
21.13.2	Diferença entre o agravo de instrumento e o agravo interno.....	898
21.13.3	Consequência decorrente da não interposição do recurso de agravo interno.....	899
21.13.4	Prazo para a interposição do recurso de agravo interno	899
21.14	Agravo de instrumento. Considerações gerais. Hipóteses de cabimento.....	899
21.14.1	Local de interposição do recurso de agravo de instrumento	904
21.14.2	Documentos exigidos para a interposição do recurso de agravo de instrumento.....	904
21.14.3	Necessidade de comunicação da interposição do recurso de agravo de instrumento ao juízo do 1.º grau de jurisdição	905
21.14.4	Conteúdo do recurso de agravo de instrumento.....	905
21.14.5	Atribuição do efeito suspensivo ou deferimento, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, da pretensão recursal.....	906
21.14.6	Dinâmica do recurso de agravo de instrumento	907
21.14.7	Traslado de peças. Exigência exclusiva do agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em autos físicos.....	908
21.14.8	Impossibilidade de interposição do recurso de agravo de instrumento no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis...	908
21.15	Julgamento estendido ou expandido	911
21.16	Considerações gerais sobre o recurso de Embargos de declaração	911
21.16.1	Objeto do recurso de embargos de declaração. Novidade processual	914
21.16.2	Objetivo do recurso de embargos de declaração	914
21.16.3	Interrupção do prazo para a interposição do recurso principal.....	915
21.16.4	Aplicação de multa quando o recurso de embargos de declaração for considerado manifestamente protelatório	916
21.16.5	Julgamento do recurso de embargos de declaração no âmbito dos tribunais	917

21.16.6	Embargos de declaração interpostos para prequestionar a matéria. Admissão do prequestionamento ficto.....	918
21.16.7	Dinâmica do recurso de embargos de declaração	919
21.17	Considerações gerais sobre o Recurso ordinário.....	920
21.17.1	Objeto do recurso ordinário.....	922
21.17.2	Objetivo do recurso ordinário	922
21.17.3	Dinâmica do recurso ordinário	923
21.18	Considerações gerais sobre o Recurso especial e o recurso extraordinário.....	923
21.18.1	Principais súmulas do STF e do STJ aplicáveis aos recursos especial e extraordinário	925
21.18.1.1	Súmula 282 do STF. Necessidade de prequestionamento da matéria.....	925
21.18.1.2	Súmula 279 do STF e Súmula 7 do STJ	927
21.18.1.3	Súmula 281 do STF	928
21.18.1.4	Súmula 13 do STJ	928
21.18.2	Recurso especial. Hipóteses de cabimento	929
21.18.2.1	Cabimento do recurso especial quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência	930
21.18.2.2	Cabimento do recurso especial quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado diante de lei federal	931
21.18.2.3	Cabimento do recurso especial quando a decisão recorrida der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	932
21.18.3	Recurso extraordinário. Hipóteses de cabimento.....	933
21.18.3.1	Cabimento quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal	935
21.18.3.2	Cabimento quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	936
21.18.3.3	Cabimento quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado diante da Constituição Federal e quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada perante lei federal.....	937

21.18.4 Dinâmica do recurso especial e do recurso extraordinário	938
21.18.5 Desconsideração de vício formal.....	940
21.19 Agravo em recurso especial ou extraordinário	941
21.20 Embargos de divergência	941
21.21 Síntese conclusiva	943
21.22 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos estudados	947
21.23 Prazos recursais no Novo CPC	950
BIBLIOGRAFIA.....	953